
O agronegócio no Brasil: uma breve revisão histórica e conceitual

André Barbosa Ribeiro Ferreira,¹ Márcio Roberto Toledo,² Gabriel Pereira³ y
Fernanda Cristina Resende⁴

.....

Resumen

La actividad agrícola ha sufrido varias transformaciones a lo largo del tiempo, de ser una condición de supervivencia a convertirse en actividad económica. Estas transformaciones son el resultado del sólido desempeño del Estado y el capital financiero, que, desde mediados del siglo XX, a través de la modernización del campo, cambió el escenario agrícola del país. El proceso de modernización ha provocado múltiples cambios en el uso agrícola y urbano del territorio brasileño, influyendo en la economía, la base productiva, el paisaje e incluso la cultura. Esta investigación tiene como objetivo presentar

-
- 1 Doutorando em Geografia pela Universidade estadual Paulista – UNESP Rio Claro. e-mail: andreribeirogeo@gmail.com
 - 2 Professor PhD do Departamento de Geociências da Universidade Federal de São João del-Rei. e-mail: mtoledo@ufsj.edu.br
 - 3 Professor PhD do Departamento de Geociências da Universidade Federal de São João del-Rei. e-mail: pereira@ufsj.edu.br
 - 4 Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei. e-mail: fernandinhar.rc@gmail.com

una síntesis del proceso de modernización agrícola en Brasil desde la década de 1960.

Palabras clave: Modernización agrícola. Estado. Globalización. Capital financeiro.

Summary

Agribusiness in Brazil: a brief historical and conceptual review

Abstract: The agriculture activity has undergone several transformations over the time. This practice has changed from the survival conditions through economic skills. These changes result by strong State performance and financial capital. Hence, after the middle of twentieth century, through the countryside development, it have changed the national agricultural scenario. The modernization process caused multiple changes in the agricultural and urban using of the Brazilian territory, influencing the economy, the productive basis, the landscape and even the culture. This research aims to present a synthesis of the agricultural modernization process in Brazil from 1960.

Key-words: Agricultural modernization. State. Globalization. Financial capital.

Resumo

A atividade agrícola passou por diversas transformações ao longo do tempo, deixando de ser uma condição de sobrevivência para se transformar em atividade econômica. Essas transformações resultam da forte atuação do Estado e do capital financeiro, que, a partir da metade do século XX, através da modernização do campo, mudaram o cenário agrícola do país. O processo de modernização ocasionou múltiplas mudanças no uso agrícola e urbano do território brasileiro, influenciando na economia, na base produtiva, na paisagem e até mesmo na cultura. Essa pesquisa tem o objetivo de apresentar uma síntese do processo modernização agrícola no Brasil a partir da década de 1960.

Palavras Chave: Modernização agrícola. Estado. Globalização. Capital financeiro.

Introdução

A agricultura faz parte do processo da evolução técnica e cultural das experiências acumuladas pelo homem ao longo do tempo. Os primeiros sistemas de cultivo ocorreram no período neolítico, há menos de 10 mil anos, em algumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta, expandindo-se pelo mundo de duas formas: os sistemas pastorais e o cultivo de derrubada e/ou queima, que cederam lugar a diversos sistemas agrários pós-florestais que evoluíram de maneira independente, de acordo com as características de cada região, clima e relevo, aperfeiçoando técnicas, equipamentos, aumentando cada vez mais a colheita (Mazoyer e Roudart, 2010, p.45).

Assim, de revolução agrícola em revolução agrícola, chegou-se ao sistema de produção agrícola atual: mecanizado, fertilizado com auxílio de insumos e especializado (Mazoyer e Roudart, 2010, p.45), deixando de ser apenas fonte de sobrevivência para ter outra organização, visando lucro (Braidwood, 1995, p.155). A agricultura brasileira até a chamada segunda revolução agrícola, meados do século XX, era bastante diferente do que se vê no cenário atual. Naquela época, apesar de já existirem monoculturas como café e cana de açúcar, também eram cultivados produtos para o abastecimento local. Eram atividades de plantio diversificado e baseadas em gêneros de primeiras necessidades, como arroz, feijão, milho, legumes e outros. Também nas propriedades rurais eram produzidos e adaptados veículos de transporte básico e insumos como adubos orgânicos e sementes (Giordano, 2000, p.2). De acordo com Giordano (2000, p.3), foi no período pós Segunda Guerra Mundial (1945) que o rumo da agricultura mudou. Foi a chamada “Revolução Verde” que, no Brasil e em outros países menos desenvolvidos, só se consolidou após a década de 1960.

A modernização agrícola da segunda metade do século XX foi um fenômeno de proporções planetárias. Conhecida genericamente como paradigma da Revolução Verde, suas principais características podem ser resumidas na renovação da base técnica produtiva através do uso de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), maquinário agrícola e sementes híbridas de alto rendimento (pacotes tecnológicos aplicados a diversas partes do mundo). Dentre as implicações da adoção e difusão espacial dessa prática, podemos destacar o aumento da produtividade e dos custos de produção, o avanço de monoculturas sobre a pequena agricultura familiar, financeirização das atividades agrícolas, agravamento de danos ambientais (erosão, contaminação do solo e da água) e maior participação de grandes corporações

em diversas etapas da cadeia produtiva (Toledo e Castillo, 2009, p.46-47).

O projeto estatal de modernização do território brasileiro introduziu sistemas técnicos de produção inovadores que utilizam maquinários importados, produtos químicos e novos tipos de sementes, modificando o espaço e o tempo da produção agrícola assim como a divisão e organização do trabalho no meio agrícola. Tais inovações técnicas e organizacionais vão criando um novo uso do tempo e um novo uso da terra (Santos e Silveira, 2001, p.245) em porções específicas do território nacional, privilegiando algumas regiões e culturas (Elias, 1996, p. 10).

Após a segunda metade do século XX ocorreu também o processo de industrialização no país, favorecendo o crescimento de centros urbanos e o aumento de êxodo rural. As transações entre produtores e compradores passaram a se realizar nas cidades, assim como o fornecimento de máquinas, insumos e implementos que passaram a ser feitos por empresas que estavam a montante da produção rural (Giordano, 2000, p.3).

Conforme Oliveira (2004, p.144), os avanços da Revolução Verde no setor agrícola-industrial e das pesquisas nas áreas da química, mecânica e genética, iniciados nos anos 1960 e intensificados na década seguinte, culminaram com um dos períodos de maiores transformações na história recente da agricultura e da agronomia, participando decisivamente para a modernização agrícola. No entanto, a modernização não representou uma mudança na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ela apenas autorizou a produção em grande escala, em curtos períodos, com reduzida mão de obra e voltado a abastecer, principalmente, o mercado externo que nos dias de hoje dita as regras da produção agrícola no Brasil.

Estudiosos brasileiros, como Delgado (1985), Furtado (1989) e outros, adjetivam o processo de modernização com “conservadora”. Silva (1993, p.3) completa que o termo “conservador” representa o caráter excludente deste modelo de modernização, tanto no que se refere ao tamanho do produtor como ao local em que está inserido.

Esse novo modelo de produção agrícola (modernizada) recebe o nome de “agronegócio”, termo que foi cunhado na década de 1990 para caracterizar a agricultura capitalista. O conceito, na língua portuguesa, deriva da palavra *agribusiness*, apresentado em 1957 por Davis e Goldberg e que compreende um complexo de sistemas que integra todas as dimensões da economia capitalista: agricultura – indústria – comércio - finanças (Camacho, 2012, p.5).

Diferente do modelo de produção agrícola tradicional, que tinha como representante o camponês, um modelo produtivo majoritariamente familiar e em propriedades de pequeno e médio porte, o agronegócio desponta como um modelo de desenvolvimento econômico mais predador, expropriador e excludente, priorizando a produtividade e as novas tecnologias (máquinas, adubos, defensivos, etc.) (Fernandes, 2004, p.1).

Canuto (2004, p.2) afirma que os meios de comunicação, quase diariamente, apresentam à opinião pública nacional os grandes avanços e as conquistas do agronegócio, colocando-o como o setor de melhor desempenho na economia brasileira, o responsável e garantidor dos *superávits* na balança comercial. No entanto, o agronegócio possui um viés conservador que raramente é mostrado, pois, por trás do avanço tecnológico e do aumento da produção, esconde uma estrutura fundiária concentradora, injusta e predatória com o ambiente e com o trabalho.

Camacho (2012, p.2) propõe chamar este modelo de agronegócio no Brasil de “Barbárie Moderna”, pois o considera predador da sociobiodiversidade. Segundo o autor (Op.Cit.), além da destruição ambiental, o agronegócio interrompe o processo humano de produção da cultura popular, pois ‘des(re)territorializa’ os sujeitos produtores desta cultura no campo. Ou seja, nos territórios do agronegócio, a cultura popular deixa de existir.

Stedile (2006, p.17) afirma que o agronegócio é a manifestação do neoliberalismo na agricultura. O modelo produtivo é uma aliança entre os grandes fazendeiros capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. “O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio”.

O modelo produtivo do agronegócio é uma versão atualizada do capitalismo no campo, nele a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes latifúndios, pouca mão de obra, domínio da monocultura, dependência do mercado e empresas rurais, entre outros (Matos e Pessoa, 2011, p.4).

Levando em consideração este processo de mudança na produção agrícola brasileira, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise histórico-geográfica da relação do agronegócio com a política brasileira, o processo de globalização do mercado financeiro e suas interferências na cultura e na paisagem. O recorte temporal do estudo parte da década de 1960 e vai até o início do século XXI.

O processo de modernização agrícola e o estado

De acordo com Fernandes (1993, p.155), a modernização é um processo de transformação nas esferas social, econômica e política, que se desenvolve por feixes de relações. A política é um feixe que pode ampliar ou estreitar essas relações, fazendo com que prevaleça uma esfera sobre a outra. O processo de modernização agrícola brasileiro se iniciou através do predomínio de uma esfera econômica durante o regime militar, quando foram implantadas políticas agrárias extremamente conservadoras que viabilizaram a internacionalização e aceleração do processo de industrialização do país, refletindo diretamente no campo, desenvolvendo um sistema de agricultura capitalista.

Segundo Oliveira (2010, p.7), o período foi marcado por reivindicações e organizações dos camponeses, sobretudo os nordestinos, que lutavam contra a exploração do trabalho no campo. Os pequenos avanços, como a criação da Superintendência da Política Agrária (SUPRA) criada durante o Governo de João Goulart, que pretendia implementar as medidas da reforma agrária, foi por água abaixo com a ascensão dos militares ao poder, que abortou o projeto de reforma agrária e caçou as lideranças militantes nas Ligas Camponesas. Assim, durante os 20 anos de governo militar o tema “reforma agrária” foi desprezado. Foram criadas leis que se referiam a Reforma Agrária, como a Lei 4.504 (Estatuto da Terra), mas nunca colocadas em prática.

Conforme Fernandes (1993, p.156), o grande momento histórico da realização da Reforma Agrária e diminuição das desigualdades sociais foi sabotado por um pacto de elites, bancadas ruralistas e burguesias industriais que decidiram mudar o rumo do país, optando em manter a desigual estrutura fundiária e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade através de subsídios.

Para Oliveira (2004, p.144), o início dessa modernização se deu já nas décadas de 1930 e 1940, durante a chamada “Era Vargas”, com a criação de colônias agrícolas nacionais e a interiorização do país na chamada “Marcha para o Oeste”, que buscava de novas frentes fornecedoras de produtos para os emergentes centros urbanos.

A chamada Revolução Verde foi estimulada por políticas estatais e capital internacional, redefinindo as funções agrícolas no território nacional diante da entrada do capital internacional.

Segundo Belik e Paulillo (2001, p.97) e Miralha (2006, p.33), a modernização se concretizou com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, integrando a atividade rural à dinâ-

mica industrial, proporcionando às médias e grandes propriedades a adoção de técnicas, maquinários e insumos que compuseram o complexo agroindustrial.

Durante o Governo Costa e Silva foi elaborado um “Plano Estratégico de Desenvolvimento” que objetivava a intensificação da modernização do sistema de abastecimento. Dessa forma o Estado facilitou a obtenção de crédito através do SNCR/1965, o que fez com que os contratos de financiamentos dobrassem entre 1968 e 1970, criando condições favoráveis para o estabelecimento da agricultura capitalista (Fernandes, 1993, p.157).

O Estado subsidiava o desenvolvimento agrícola através de financiamentos mais acessíveis aos grandes produtores e latifundiários, já que quanto maior a propriedade de terra, maior era a disponibilidade de recursos e garantias de pagamento da dívida. O fato intensificou as grilagens e as aquisições de novas propriedades, além da supressão do pequeno produtor, que não conseguia o mesmo crédito e acabava por vender suas terras aos maiores produtores (Fernandes, 1993, p.157).

Nesse período, segundo Fernandes (1993, p.158), o Estado favoreceu vários grupos empresariais nacionais e internacionais, que se apropriaram de grandes extensões de terras, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte do território brasileiro. O fato culminou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que deu origem ao chamado Relatório Velloso, que nada mais foi do que uma intervenção de fachada para esconder uma estratégia geopolítica de apropriação de terras para investimento estrangeiro (Fernandes, 1993, p.157).

O governo seguinte, de Emilio Garrastazu Médici, utilizando do lema “Brasil Grande” pretendia transformar o país em um grande celeiro que alimentasse o mundo. Assim, Médici criou o “I Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND), concedendo incentivos fiscais e incentivando a produção e intensificação tecnológica. O governo também impulsionou o projeto de colonização das terras ao Norte e Centro-Oeste do país como uma *pseudo* reforma agrária que, na verdade, objetivava maior controle e administração dos militares perante os ascendentes conflitos sociais no campo (Fernandes, 1993, p.158).

Em 1974, Governo de Geisel, em meio à crise do petróleo⁵ e mudanças na economia mundial, foi lançado o “II Plano Nacional de Desenvolvimento”. Os objetivos do Plano para o setor agropecuário eram

5 A Crise do Petróleo eclodiu com Guerra do Yom Kippur, ou Árabe-Israelense, onde o preço do barril do produto quadruplicou por meio da ação coletiva dos membros da Organização dos países Exportadores de Petróleo (Opep) (SANTANA, 2006, p.159).

a manutenção do crescimento econômico e contribuições mais significativas à expansão do PIB, que seria uma forma de enfrentar a crise. Efetiva-se assim o papel do Brasil como provedor de alimentos, matérias primas e produtos industrializados (Fernandes, 1993, p.159). Resalta-se que nesse período foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (Gonzalez e Costa, 1998, p.21).

Entre o final da década de 1970 e início de 1980, os financiamentos entram definitivamente em crise. Inicia-se então, segundo Bresser e Nakano (1983, p.3), uma pressão sobre os preços agrícolas em função da expansão inadequada na área plantada e quebra de safra. Esse fenômeno ocorreu, dentre outros motivos, como o Segundo Choque do Petróleo⁶ que fez com que os preços duplicassem, pela insuficiente oferta de produtos para o abastecimento interno, sendo que o estímulo era a expansão dos produtos agrícolas voltados para o mercado externo (Bresser e Nakano, 1982, p.5).

Eis que o projeto de modernização e a economia do país se tornaram ainda mais susceptíveis, mais dependente das oscilações e demandas internacionais, já que era com estes as maiores operações comerciais.

De acordo com Novaes (2008, p.6),

o preço a ser pago pelo Brasil para a consolidação de sua política desenvolvimentista foi o endividamento externo, que extrapolou as possibilidades da balança de pagamentos, acarretando o estrangulamento do seu crescimento econômico. E isso acontece, justamente, no momento em que a economia brasileira foi submetida a quatro choques econômicos no final dos anos 1970 e início da década seguinte.

Com o recrudescimento da crise econômica, em 1981, no governo de João Figueiredo, é publicado o “III Plano Nacional de Desenvolvimento”. Este, diferente dos PNDs I e II, para o setor agrícola, dava ênfase à produção de alimentos básicos e produtos de exportação com primazia às pequenas e médias propriedades nas políticas de financiamentos agrícolas (Fernandes, 1993, p.160).

Conforme com Gonzalez e Costa (1998, p. 25),

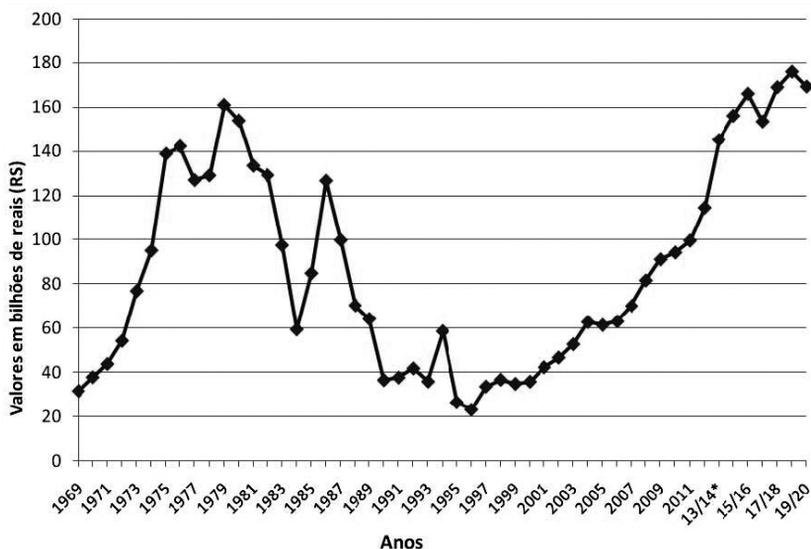
foi no contexto de agravamento das contas públicas, principalmente em função da crise externa, que o modelo de desenvolvi-

6 O Segundo choque do Petróleo originou a partir do conflito entre Iraque e Irã, gerando um novo foco de instabilidade no Oriente Médio e nova crise mundial oriunda do aumento da cotação internacional do barril de petróleo. A crise gerou repercussão imediata no Brasil, onde as reservas de petróleo estavam decaídas (SANTANA, 2006, p.172).

mento do setor agrícola baseado no crédito rural farto e barato começou a dar sinais de esgotamento. Os incentivos via crédito, principal pilar de sustentação da modernização do setor, teriam que ser cortados já que o país não mais poderia depender de poupança externa.

Após atingir seu mais alto valor, em 1980, e recuar até 1984 a um valor inferior ao de toda uma década, o crédito agrícola retoma crescente em 1985 e 1986 (Gráfico 1), governo de José Sarney (Gonzalez e Costa, 1998, p.15).

Gráfico 1: Concessão de Créditos Rurais entre 1969 e 2012.



*2013 a 2019 a análise considera o ano agrícola³

Elaboração: Autores, 2019. Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro-DEROP; Registro Comum de Operações Rurais - RECOR (2019)

Em 1985, o então presidente da república, José Sarney lançou o “Plano Nacional de Reforma Agrária” que tinha como meta proposta beneficiar 1.400.000 famílias (Artigo 1º do Decreto nº 91.766/85). Porém, de acordo com Fernandes (1993, p.160), apenas 10% foi realizado, já que o plano foi fortemente contido pela mesma elite conservadora que em 1988 excluiu a Reforma Agrária da reforma Constitucional.

Entre o final da década de 1980 e início da de 1990, com o aumento da adesão às políticas de cunho neoliberal por Fernando Collor, o governo criou e reestruturou normas para abertura dos mercados agrícolas. Segundo Batista (1994, p.27), foi com Collor alinhado aos Estados Unidos que o Brasil aderiu intensamente aos postulados neoliberais do Consenso de Washington, abrindo o mercado e “enxugando” o Estado. Tais ações culminaram em maiores investimentos externos no país o que o tornou ainda mais dependente do mercado internacionalizado.

Segundo Massuquetti, Souza e Beroldt (2009, p.12), nos anos 1990, houve uma diminuição da participação do governo federal no financiamento para agricultura deixando grandes empresas ligadas ao agronegócio reorganizarem o espaço da produção agrícola de acordo com seus interesses. O crédito rural, no entanto, manteve-se basicamente na sistemática anterior, passando a ser corrigido pela inflação e com limites fixados de recursos emprestados em função do tamanho do produtor.

Segundo Guimarães (1997, *apud* Gryzgoridis e Ferreira, 2008, p.9), as médias anuais dos financiamentos concedidos pelo SNCR entre 1975/79 e 1980/89, foram respectivamente R\$ 29,95 bilhões e R\$ 21,88 bilhões. Já nos períodos 1990/99 e 2000/05, as médias anuais foram, respectivamente, R\$ 13,38 bilhões e R\$ 16,43 bilhões, bastante inferiores às dos períodos anteriores.

Apesar dos percalços trazidos pela redução do crédito estatal, a agricultura brasileira conseguiu manter um bom desempenho e aumento da produtividade através de avanços técnico-científicos aliados às novas políticas e planos econômicos e mecanismos privados que permitiram o crescimento das exportações.

Em 1993, no governo Itamar Franco, o Estado diminuiu ainda mais o crédito subsidiado e a garantia de preços mínimos, o que gerou consequências no setor agrícola e uma seletividade produtiva, concentrando a produção em produtos que recebiam mais apoio tecnológico (Baer, 2002, p.408). Quanto à reforma agrária, o então presidente proporcionou uma lenta retomada das ações de assentamentos, mais promissoras do que seu antecessor.

O governo seguinte, Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), foi marcado pelas consequências da implantação do Plano Real, como as altas taxas de juros, a valorização da taxa de câmbio e a liberalização da importação, que atingiram o setor agrícola. Houve assim redução dos gastos na denominada “Função Agricultura” até 1997 (Sonaglio e Rodrigues, 2012, p.12). De acordo com Novaes (2008, p.10), coube ao

governo FHC à continuidade das “políticas modernizadoras” e abandonando definitivo do modelo nacional-desenvolvimentista, abrindo ainda mais o mercado ao capital internacional. Um exemplo dessa abertura foi a Lei Kandir, uma lei complementar de 13 de setembro de 1996, que dava isenção de ICMS às exportações agrícolas a partir de 1997.

O governo FHC foi marcado por tensões sociais no campo em busca da Reforma Agrária. Ocorreram conflitos e tragédias como de Corumbiara, o Massacre de Eldorado de Carajás. Embora o tema “reforma agrária” estivesse nos programas políticos dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, esta não teve prioridade e nem foi inserida na política de desenvolvimento nacional, que favorecia significativamente às grandes propriedades voltadas para exportação (Coelho, 2016, p.182).

Segundo Delgado (2010, p.58), o governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), deu continuidade parcial aos projetos neoliberais no que se refere à agricultura e ao meio rural, contendo, no entanto, diferenças não desprezíveis, como a suspensão da continuidade das privatizações e a adoção de uma política externa mais independente em relação aos Estados Unidos e mais próxima aos governos da América Latina. A importância do agronegócio continuou intocada na economia e na política brasileira durante o governo Lula, já que exercia um papel estratégico para o ajustamento de contas e economia do país.

No segundo mandato de Lula o sucesso das exportações de produtos agrícolas quadruplica seu valor (em dólares) na primeira década do século XXI, passando de 50 bilhões de dólares no período 1995/99 para 200 bilhões do final da primeira década deste século (Delgado, 2012, p.95). Em números de produção, só a região produtora denominada Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), ampliou sua área plantada em 250% entre os anos 2000 e 2014, passando de 1,2 para 4,2 milhões de hectares (Frederico e Almeida, 2019, p.129).

Apesar do sucesso econômico, houve crescimento exacerbado da produção de produtos transgênicos e também uma aproximação entre o Estado e grandes empresas ligadas ao agronegócio, como a Monsanto, a Cargill e a Bunge entre outras (Delgado, 2010, p.60).

Quanto às políticas relacionadas a Reforma Agrária, estas ficaram aquém do esperado, tendo sido reduzido o número de assentamentos de 101 mil em 2005 para 21,5 mil em 2008. Assim, o governo federal praticamente desistiu do mecanismo de desapropriação para a reforma agrária, pois a participação das terras desapropriadas no total das terras arrecadadas para reforma agrária caiu de 40% no segundo governo

FHC para 5% no primeiro governo Lula (Delgado, 2010, p.63). Todavia, o governo ofertou uma série de programas sociais que melhoraram as condições de vida de parcelas mais desprotegidas da população e que propiciaram a revitalização de pequenas cidades e comunidades rurais no interior do Brasil (Delgado, 2010, p.64).

O governo seguinte, Dilma Rousseff (2010-2016), manteve as características do anterior. Os créditos agrícolas mantiveram-se em alta, ultrapassando os maiores valores das décadas anteriores, chegando a 166 bilhões de reais entre 1º de julho de 2015 e 30 de junho de 2016.⁷ Já o número de assentamentos, apesar do gradativo aumento entre 2011 e 2014, foram os menores números desde 1994, somando 107.354 famílias.

Cunha (2016, p.3) considera que houve omissão no que se refere à reprodução estrutural do latifúndio no Brasil nos governos Lula e Dilma, pois, segundo o autor (Op.Cit.) ambos se renderam à hegemonia da agro-minero-exportação e secundarizaram as políticas estruturantes para os povos do campo. Amostra significativa dessa “omissão” foi a aprovação de novo Código Florestal de 2011 (menos rígido e que autorizou explorar áreas antes preservadas).

A substituição de Dilma Rousseff e por Michel Temer (2016-2018) significou a retirada de programas voltados aos camponeses (Cunha, 2017, p.305), porém, com um aumento substancial na concessão dos Créditos Rurais. Nos anos agrícolas de 2016/17, 2017/18 e 2018/19 foram investidos, respectivamente, 153,6 bi/169,0 bi/176 bilhões de reais nos financiamentos agropecuários (MAPA^a, 2019, *online*).

Nesse período, os assentamentos atingem cotas mínimas, somando 1.686 famílias em 2016 e nenhuma em 2017 (MST, 2018, *online*).

O governo Jair Bolsonaro (2019-2022), desde a campanha, tem mostrado apoio à elite ruralista e pouca preocupação com o meio ambiente, manifestado através da liberação de diversos insumos de alta periculosidade e favorecimento às queimadas. Além disso, a concessão de créditos rurais permaneceu na faixa de 169,33 bilhões de reais para o ano agrícola 2019/2020 (MAPA^b, 2019, *online*).

Em relação às políticas governamentais de reforma agrária, à luta pela terra e as demandas da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais pouco se espera deste governo cujo lema é: “-*chega de bagunça na reforma agrária*” (Leite, Tubino e Sauer, 2019, p.181).

7 O ano agrícola inicia em 1º de julho e vai até 30 de junho do ano seguinte.

Desse modo, concordando com Silva (1993, p.3), a modernização agrícola brasileira foi e é resultante de uma “orquestração” de interesses. Ela representou a consolidação técnica e financeira dos Circuitos Agroindustriais, impondo transformações nos planos de concentração e centralização dos capitais agropecuários.

A globalização do mercado

A partir das transformações na produção agrícola na década de 1960, o Brasil se inseriu na lógica da globalização econômica (Elias, 2013, p.1). Com aprofundamento do processo de globalização, a forma de vivenciar o espaço e o tempo sofreram modificações. O tempo passou a transcorrer de forma cada vez mais acelerada e os espaços se tornaram menores (Araújo e Elias, 2005, p.1123). A globalização, as estruturas, funções e formas ‘antigas’ sofreram uma desorganização e reestruturaram-se a produção e os territórios preexistentes, reelaborados para atender a produção globalizada, de referência planetária, aumentando a complexidade dos seus sistemas técnicos e de suas rugosidades (Elias e Pequeno, 2007, p.26).

De acordo com Fuini (2013, p.50), a globalização representa um fenômeno marcante que define novas qualidades ao espaço e suas especificidades na construção de territórios e lugares através da integração de mercados, produções e finanças que fundam uma nova divisão territorial do trabalho e acirram as desigualdades sociais.

Para Santos (2008, p.239), essas transformações caracterizam um novo momento do capitalismo, denominado período técnico-científico-informacional, marcado pela união entre a técnica e a ciência, representando a “cara geográfica da globalização”. De acordo Mondardo (2010, p.261), com a chegada dessa globalização do sistema de produção agrícola, instala-se uma agricultura propriamente científica e com referência planetária, recebendo influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica (principalmente a indústria), como a competitividade. O processo de produção agrícola é conduzido por uma demanda extrema de comércio, onde o dinheiro passa a ser informação indispensável (Elias, 2006, p.1).

Fuini (2013, p.53) afirma que uma das características da globalização é emergência de uma nova ordem mundial, uma estrutura de poder definida pelos interesses das grandes corporações transnacionais e órgãos internacionais que gerem o capital financeiro de países ricos. Ela

condiciona mudanças no papel do Estado-nação na economia e sociedade, diminuindo seu papel de agente distribuidor de renda e garantidor de benefício, pesando as disparidades. Poderes e responsabilidades são transferidos para níveis superiores, globais e supranacionais. O Estado passa a atuar como agente regulador de conflitos entre capital e trabalho.

As diversas reformas de cunho neoliberal da década de 1990 e o programa de privatizações são exemplos do novo modelo de atuação do Estado que culminou na intensificação o processo de inserção de grandes *tradings* do agronegócio no campo brasileiro, já crescente desde o início do projeto de modernização agrícola.

Segundo Albano e Sá (2011, p.129), o crescimento da atuação das grandes empresas ligadas ao agronegócio sobre a produção agrícola teve início nos anos 1960, com a Revolução Verde, começando nos países desenvolvidos e em seguida atingindo os em desenvolvimento, gerando uma mudança radical nas técnicas agrícolas, como adição de insumos químicos e variedades de sementes estrangeiras, favorecendo as monoculturas em larga escala, vulnerabilidades e desequilíbrios ambientais e dependência das empresas produtoras de máquinas, implementos e defensivos agrícolas.

Conforme Matos e Pessoa (2011, p.26), dessa forma,

algumas poucas empresas multinacionais controlam a produção de sementes transgênicas, caracterizando-se dessa forma, um oligopólio. Ao comprar as sementes transgênicas o agricultor assina um contrato que o proíbe de replantá-las na safra do ano seguinte, comercializá-las ou trocá-las. As possibilidades oferecidas pelos transgênicos aprofundam a mercantilização das sementes, alterando assim, o seu valor de uso, de tal maneira que acabam por gerar relações cada vez mais dependentes, deixando de ser parte guardada da última colheita, para ser concedida como mercadoria (Matos e Pessoa, 2011, p.26).

Essas grandes corporações passaram a determinar os novos padrões tecnológicos de produção, reforçando os sistemas de exportações e subordinando os produtores a sua lógica, fazendo com que o pequeno produtor perdesse seu poder de negociação no mercado (Castillo e Frederico, 2010, p.22).

Nesse complexo sistema de globalização destacam-se dez empresas de capital estrangeiro que controlam praticamente toda a produção agrícola, de agrotóxicos, de sementes transgênicas e o comércio agrícola de exportação. São elas (Quadro 1): Monsanto, Bunge, Cargill, ADM, Basf, Bayer, Sygenta, Novartis, Nestlé e Danone (Camacho, 2012, p.5).

Quadro 1: Caracterização das dez principais multinacionais do agronegócio instaladas no Brasil.

MULTINACIONAL	CARACTERIZAÇÃO
ADM	Conglomerado fundado nos Estados Unidos que iniciou suas operações no Brasil em 1997. A empresa processa e vende soja, milho e produz alimentos para animais, além de biocombustíveis, produtos químicos e ingredientes especiais para a indústria.
Basf	Empresa Alemã. Iniciou suas atividades na América Latina em 1911, com escritório de representação no Rio de Janeiro, e instalação de unidade de produção em Guaratinguetá-SP em 1955. A Basf produz e comercializa insumos agrícolas, de nutrição, químicos, produtos de performance, plásticos, petróleo e gás.
Bayer	A empresa química Alemã atua no Brasil desde o século XIX, tendo unidades de produção em três áreas de negócios: Saúde, Agronegócios e Materiais Inovadores.
Bunge	Com sede Estadunidense presente no Brasil desde 1905, a Bunge é uma das principais empresas de agribusiness e alimentos do país. Produz fertilizantes, ingredientes de nutrição animal e comercializa soja e outros grãos.
Cargill	Empresa com sede Estadunidense instalada no Brasil desde 1965. A Cargill está presente em 14 estados, a empresa possui 19 unidades industriais e está entre as principais exportadoras de soja e processadora de cacau.
Danone	De origem francesa, a Danone é uma multinacional de capital aberto instalada no Brasil em 1970, fazendo parte do macrossegmento da agroindústria, tendo o leite como matéria prima.
Monsanto	Empresa multinacional de agricultura e biotecnologia, tendo sede nos Estados Unidos e instalação no Brasil desde 1997. São 36 unidades em 12 estados brasileiros, sendo 19 unidades de pesquisa, 8 unidades de processamento de sementes, 2 unidades de produção de herbicidas, 3 unidades de vendas, 1 unidade de distribuição e 3 escritórios administrativos
Nestlé	Empresa de sede Suíça inaugurada no Brasil em 1921, ocupando o 9º lugar do ranking entre as 400 maiores empresas do Agronegócio Brasileiro por ordem de faturamento em 2005 (Exame, 2005).
Novartis	Grupo farmacêutico suíço criado no Brasil a partir de fusões entre a Sandoz e Ciba-Geigy, em 1996. A Novartis é especializada em produtos de saúde animal.
Syngenta	Empresa global com sede Suíça e presente em mais de 90 países, a empresa se instalou em Paulínia – SP e atua do Brasil há mais de 40 anos, sendo especializada em produtos químicos, sementes e transgênicos.

Frederico e Almeida (2019, p.137), em pesquisa sobre o *Land Grab* na região do Matopiba, elencam outras quinze organizações internacionais e/ou de capital misto, que atuam no agronegócio somente na região. Segundo os autores (Op.Cit.) essas empresas controlam pouco mais de 1,5 milhão de hectares de terras na região supracitada,

sendo a maioria delas arrendadas ou adquiridas de maneira ilícita, por grilagem, fraude ou expropriação.

Na década de 1990, o avanço da adoção de políticas de cunho neoliberal no Brasil permitiu que grandes empresas aprofundassem sua atuação internacional motivadas por diversas estratégias, como recursos naturais, eficiência econômica, flexibilização do processo produtivo dentre outras (Benetti, 2004, p.199).

No caso do Brasil, um grande atrativo que explica o interesse nos grandes grupos internacionais é a existência de grandes reservas de terras cultiváveis e avanços na pesquisa para a produção de novos cultivos. Para Silva, Ruediger e Riccio (2007, p.8), outro atrativo para instalação das corporações estrangeiras no país seriam as vantagens comparativas apresentadas pelo Brasil para o agronegócio, como o preço da terra, o estoque de terras agricultáveis e a alta produtividade, que barateia o custo dos produtos.

Para Albano e Sá (2011, p.130), o que favoreceu a entrada de *tradings* internacionais no Brasil foi, principalmente, a implementação dos “programas de ajustes estruturais”, que implicaram a liberalização comercial e o aumento dos preços pagos a produtores de culturas voltadas ao mercado externo.

Cultura, paisagem e as novas funções do território do agronegócio

Uma dualidade passa a se manifestar entre a paisagem das áreas do agronegócio e a paisagem das áreas de agricultura de subsistência. A paisagem do agronegócio é homogênea, tem composição uniforme e geométrica com rarefação de pessoas, sendo uma área onde predomina a mercadoria e não a paisagem. Por outro lado, a paisagem da agricultura de subsistência possui diversidade e é caracterizada pela presença de pessoas (Porto-Gonçalves, 2004, p.19).

O agronegócio não é uma produção que envolve os sujeitos territorializados no processo, pois sua importância, como o próprio nome diz, é o “negócio”, o lucro através da expropriação camponesa, dos poucos trabalhadores assalariados e muitas máquinas (Porto-Gonçalves, 2004, p.47). Como consequência da territorialização do capital no campo, ocorre uma ampliação da oligopolização do espaço agrícola brasileiro, acompanhado de fragmentações que culminam numa nova divi-

são territorial do trabalho diretamente relacionada à atividade agrícola (Gomes, 2011, p.61).

Fernandes e Molina (2005, p.30) apresentam outros antagonismos existentes entre os modelos de produção e os nomeia como “agro-negócio”, o setor de produção capitalista e larga escala, e “agri-cultura” o setor de produção de subsistência, a agricultura tradicional, no qual inserem-se o campeonato e o modelo de produção familiar (Wanderley, 2015, p.30).

No “agro-negócio” vê-se a monocultura, as *commodities*, paisagem homogênea, espécies exóticas, tecnologia de exceção, degradação ambiental e outros. Antagonicamente, na “agri-cultura”, tem-se culturas diversificadas, paisagem heterogênea, direcionamento interno de mercado, tecnologia apropriada e baseada no conhecimento local, conservação do solo e trabalho familiar (Fernandes e Molina, 2005, p.30).

Em suma, nos territórios do agronegócio predominam as relações financeiras e comerciais. Por outro lado, na agricultura tradicional, ocorrem relações mais horizontais e humanizadas, onde o produtor possui vínculo, referência e relação com o lugar e suas particularidades. O agronegócio foge do alcance dos olhos, perde a essência de paisagem multivariada e dinâmica, as relações sociais são sobrepostas pela homogeneidade e larga escala do cultivo de “cerca a dentro”, onde não cabe a população originária, como camponeses, sertanejos, ribeirinhos, geraizeiros, vazanteiros, indígenas e quilombolas.

Nesse sentido, Fernandes (2013, p.142) aponta que, há um processo de cooptação da agricultura camponesa, pois esta não é adaptada ao produtivismo, não utiliza predominantemente de insumos externos e tem potencial pautado na diversidade e uso múltiplo dos recursos naturais.

Regiões Produtivas Agrícolas e as cidades do agronegócio

A intensificação recente do agronegócio no Brasil promoveu uma reorganização do território resultando em novos arranjos territoriais com reestruturação urbana e regional, como a formação das Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) (Elias, 2013, p.26).

Essas regiões são áreas de difusão de vários ramos do agronegócio globalizado, e estão relacionadas cada vez mais ao circuito da economia urbana. Elas compõem lugares propícios ao exercício dos capitais hegemônicos, dos circuitos espaciais, e círculos de cooperação de

importantes *commodities* comandadas por grandes empresas nacionais e multinacionais da agropecuária moderna de inserção tecnológica (Gomes, 2011, p.58).

Segundo Frederico e Castillo (2010, p.464), os circuitos espaciais de produção correspondem às instâncias etapas separadas da produção, distribuição, troca e consumo do produto. A partir disso, estabelecem os círculos de cooperação, que são conexões com setores, empresas, associações e outros. É nesses lugares que se concentram os principais serviços, agentes e produtos que atendem às demandas da produção, além dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e outros (SEI, 2017, p.14).

Matos e Pessoa (2011, p.25) afirmam que, nas áreas onde a modernização agrícola se expande, ocorre transformação no modo de vida da população residente, pois são inseridos novos valores, que se aproximam dos valores urbanos. As cidades também vão sendo modeladas em função das novas demandas do agronegócio, se reestruturando para servir a sua dinâmica, ganhando novas formas espaciais e redefinindo as funções que já existiam (Leal, 2014, p.5), se adaptando para atender a intensiva produção agrícola, oferecendo aportes técnicos, financeiros, jurídicos, mão de obra e todas as demais necessidades (Elias, 2013, p.24).

Os espaços urbanos próximos às áreas de difusão do agronegócio passam a ter novas funções inerentes às demandas desse, constituindo nós fundamentais na rede de relações do agronegócio em termos demográficos, econômicos ou espaciais, criando especializações territoriais cada vez mais profundas, transformando radicalmente as clássicas relações campo-cidade.

Segundo Frederico (2011, p.7), há nesses espaços um aprofundando a divisão territorial do trabalho e, conseqüentemente, necessidade de criação de mais fluxos materiais, imateriais e inter-relações entre o local e o global. O fato, conforme Santos (2005, p.260), é parte tendência atual de união vertical dos lugares, influenciada, sobretudo, pelos “créditos” e interferências internacionais nos países subdesenvolvidos, a fim de estabelecer redes a serviço do capital.

Dessa forma, os espaços rurais e urbanos passam a receber larga quantidade de fluxos de matéria e informação, o que resulta numa total reorganização do território brasileiro agrícola, urbano e regional (Elias, 2012, p.8).

Considerações finais

Em pouco mais de meio século o projeto de modernização agrícola no Brasil acarretou numa série de transformações na configuração do território nacional, influenciando no modo de vida da sociedade rural e urbana, na economia, na cultura e na paisagem. O meio rural tornou-se cada vez mais urbano e o urbano cada vez mais conectado às transformações do rural. A produção que antes objetivava a subsistência passa a representar a principal fonte de superávit nas balanças comerciais e um modo de inserir o Brasil no mercado externo, cedendo a este o controle de diversas atividades efetuadas no país.

Nesse contexto, o território brasileiro mergulhou num processo de globalização econômica voltada e controlada pelo mercado mundial, que impõem preços, regras, gera dependência, vulnerabilidade, oscilações e consequentemente transforma a configuração do espaço rural, do urbano e suas relações.

O modo como se deu a modernização agrícola no Brasil, fortemente impulsionada pelo Estado, porém excludente, trouxe consigo uma gama de consequências no que se refere ao desenvolvimento nacional. A inserção das tecnologias no campo acarretou na expulsão do pequeno produtor e mantedor da produção voltada ao mercado interno, que ficou a mercê dos programas sociais do governo e teve seu espaço ocupado pelos grandes detentores do capital financeiro, principalmente o internacional.

O investimento Estatal na concessão de créditos agrícolas nas décadas de 1960 e 1970, decedentes após 1980 e que ressurgiu nos anos 2000, foi inversamente proporcional ao investimento no pequeno produtor e na Reforma Agrária, que não passou de uma negociação entre Estado e latifundiários para concessão de assentamentos, diferente de reforma.

Referências bibliográficas

- Albano, G.; Sá, A. (2011). Globalização da Agricultura: Multinacionais no Campo brasileiro. *Terra Livre*, 1 (36) 126-151.
- Araújo, S.; Elias, D. (2005). *Globalização e reestruturação produtiva no campo cearense. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina (1121-1136)*. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.

- Archer Daniels Midland Company (Adm). *ADM no Brasil* (2017). Recuperado de: <<http://www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- Badische Anilin & Soda Fabrik (BASF) (2017). *A empresa*. Recuperado de: <<https://www.basf.com/br/pt.html>>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- Baer, W. (2002). *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel.
- Batista, P.N. (1994). *O consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas Latino Americanos*. Recuperado de: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>.
- BCB - Banco Central do Brasil (2019). *Crédito Rural*. Recuperado de: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>>. Acesso em: out/2019.
- Belik, W.; Paulillo, L.F. (2001). O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. En: LEITE, S. P. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil* (p.97-122). Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Benetti, M. (2004). A internacionalização real do agronegócio brasileiro-1990-03. *Indicadores Econômicos FEE*, 32 (2) 197-222.
- Braidwood, R. (1995). *Homens pré-históricos*. Brasília:UnB.
- Bresser, L.C; Nakano, Y. (1982). *Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. X Encontro Nacional de Economia (5-22), São Pedro, Brasil:ANPEC*.
- Bunge. (2017). *A Bunge: Nossa História*. Recuperado de: <http://www.bunge.com.br/>.
- Camacho, R.(2012). A barbárie moderna de agronegócio versus a agricultura camponesa: Implicações sociais e ambientais. *Geo-Graphos - Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales* 3(16)1-29.
- Canuto, A. (2012). Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Revista Nera*. 5(7) 1-12.
- Cargill. (2017). *Sobre a Cargill*. Recuperado de: <http://www.cargill.com.br/pt/index.jsp>.
- Castillo, R.; Frederico, S.(2010). Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, 9 (18) 17-26.
- Castillo, R.; Frederico, S. (2010). Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade e Natureza*, 3(22) 461- 474.

- Coelho, F. (2016). Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. *Revista Diálogos*, 20 (2) 179-192.
- Cunha, J. (2017). Governo Temer: Relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, (241) 301-326.
- Danone. (2017). *Nosso legado*. Recuperado de: <http://corporate.danone.com.br/en/discover/our-mission-in-action/our-heritage>.
- Delgado, G. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone.
- Delgado, G. (2010). O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. En: Almeida, A. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos* (p.28-78) Brasília, Brasil: CONDRAF/NEAD.
- Delgado, G. (2012). *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre, Brasil: UFRGS.
- Elias, D. (2006). Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 218 (03).
- Elias, D. (2012). *Relações Campo-Cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil*. XII Colóquio Internacional de Geocrítica (1-16). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Elias, D. (2013). Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. *Revista ACTA Geográfica*, p.13-32.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. (2007). Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, 9(1) 25-39.
- Fernandes, B.M. (1993). Reforma agrária e modernização do campo. *Terra Livre*, 12(11) 153-175.
- Fernandes, B.M.; Molina, M.(2005). O campo da educação do campo. *Revista Nera*, s/n, 34p. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonica_BernardoEC5.pdf. Acesso em: Mai. 2017.
- Fernandes, B.M.; Welch, C. (2004). *Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa*. Encontro Nacional De Geografia Agrária (v. 17), Gramado, Brasil: Publicação Universitária.
- Fernandes, B.M. (2013). *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*

- (Tese Doutorado inédita). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente (SP), Brasil.
- Frederico, S. (2011). As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. *Caderno Prudentino de Geografia*, 1(33) 5-23.
- Frederico, S.; Almeida, M. (2019) Capital financeiro, Land Grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do Matopiba. *Revista Nera*, (47) 123-147.
- Fuini, L. (2013). Globalização e seus aspectos geográficos: Uma revisão bibliográfica. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 15(1) 49-67.
- Furtado, C. (1989). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- Giordano, S.R. (2000). *Competitividade Regional e Globalização* (Tese Doutorado inédita) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Gomes, I. (2011). Olhar geográfico sobre uma nova região produtiva agrícola. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 13 (1) 56-69.
- Gonzalez, B.; Costa, S. (1998). *Agricultura Brasileira: Modernização e Desempenho*. *Revista Teoria e Evidência Econômica* 5(10) 7-35.
- Gryzagoridis, O.B; Ferreira, L. (2008). Impactos do crédito rural no Brasil. *Anais do XLVI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (0-16)*. Rio Branco, Brasil.
- Guimarães, G. (1997). *Determinantes Econômicos da Evolução da Estrutura Fundiária no Brasil* (Dissertação Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Leal, M. (2014). *Agronegócio da soja no Piauí: novas dinâmicas no espaço urbano*. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (s.n), Vitória, Brasil: AGB.
- Leite, A.; Tubino, N.; Sauer, S. (2019). Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. En: *Brasil: Incertezas e submissão?*(p.171-190) São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- MAPA^a - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2019). Contratação de crédito rural na safra 2018/2019 fecha em R\$ 176 bilhões. Julho/2019. Recuperado de: <http://www.agricultu>

- ra.gov.br/noticias/contratacao-de-credito-rural-fecha-ciclo-com-r-176-bi-alta-de-9.
- MAPA^b - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019). *Plano Safra 2019/2020 entra em vigor nesta segunda-feira. Julho/2019. Recuperado de: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/plano-safra-2019-2020-entra-em-vigor-nesta-segunda-feira>.*
- Massuquetti, A.; Souza, O; Beroldt, L. (2010). *Instrumentos de política agrícola e mudanças institucionais. 48º Congresso SOBER - Sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. (p.1-20), Campo Grande (MS), Brasil.*
- Matos, P.; Pessoa, V. (2011). *A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. Geo UERJ, 2(22) 290-322.*
- Mazoyer, M.; Roudart, L.(2010). *História das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea.* Tradução de: Falluh, C.; Lovois; M. Pilla, M. São Paulo: IPEA/Brasília: NEAD.
- Miralha, W. (2006). *A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP* (Dissertação Mestrado). Universidade Estadual Paulista – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente (SP), Brasil.
- Mondardo, M.L. (2010). Da migração sulista ao novo arranjo territorial no oeste baiano: “territorialização” do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, 5 (10) 259-287.
- Monsanto (2017). *Quem somos – Recuperado de: <http://www.monsanto.com/global/br/pages/default.aspx>.*
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2018). *Dados da Reforma Agrária no governo Temer são mais que falha. É um projeto de aniquilamento.* Recuperado de: <http://www.mst.org.br/2018/03/07/dados-da-reforma-agraria-no-governo-temer-representam-mais-que-falha-e-um-projeto-de-aniquilamento.html>.
- Nestlé (2017). *A Nestlé. Recuperado de: <https://www.nestle.com.br/site/home.aspx>.*
- Novaes, A.(2008). *Consenso de Washington: crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais–um balanço crítico. Revista Ensaio 1(1) – 1-15.*
- Novartis (2017) – *Novartis International AG/Nossa História. Recuperado de: <https://www.novartis.com.br/>.*

- Oliveira, A.U. (2010). A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil-um retorno aos dossiês. *Agrária* (12) 3-113p.
- Oliveira, I.J. (2004). Sustentabilidade de sistemas produtivos agrários em paisagens do cerrado: uma análise no município de Jataí (GO). *Terra Livre*, 2 (23) 139-159.
- Porto-Gonçalves, C.W. (2004). Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. En: *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. (27-64) São Paulo: Casa amarela.
- Santana, C.(2006). O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(2) 157-177.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2004). *A natureza do espaço. Espaço, tempo, razão emoção*. 4ª Ed, 2008. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2005). O retorno do território. *OSAL : Observatorio Social de América Latina*. 6 (16) 13p.
- Santos, M; Silveira, M.L (2001). *Brasil Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (2017). *Cidades do Agronegócio no Oeste Baiano*. Recuperado de: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_13.pdf.
- Silva, E.R.; Ruediger, M.; Riccio, V. (2007). *A internacionalização do agronegócio brasileiro: gradualismo, aprendizagem e redução dos custos de transação*. XXI Encontro da AnPAD–EnANPAD (1-14), Rio de Janeiro, Brasil.
- Silva, J.G. (1993). A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. *São Paulo em perspectiva*, 7 (3) 2-10.
- Sonaglio, CM.; Rodrigues, B.J. (2012). Análise do sistema de crédito agrícola no Brasil nos Governos FHC e Lula. *Revista de Economia Mackenzie*, 9(1) 10-35.
- Stedile, J.P. (2006). A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. *Revista Caros Amigos*, 10 (109), p. 17-36.
- Syngenta. (2017). *Quem somos*. Recuperado de: <https://www.syngenta.com.br/>.

- Toledo, M.; Castillo, R. (2009). Política territorial de grandes empresas do agronegócio no Brasil: os casos da soja e da laranja. *Revista Geografia*, 34(1) 33-44.
- Wanderley, M.N. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de economia e sociologia rural*, 52(1) - 25-44.

O agronegócio no Brasil: uma breve revisão histórica e conceitual
Fecha de recepción: 17/03/2019
Fecha de aceptación: 03/10/2019

